

Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1566 | 15 A 20 DE ABRIL DE 2019



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)

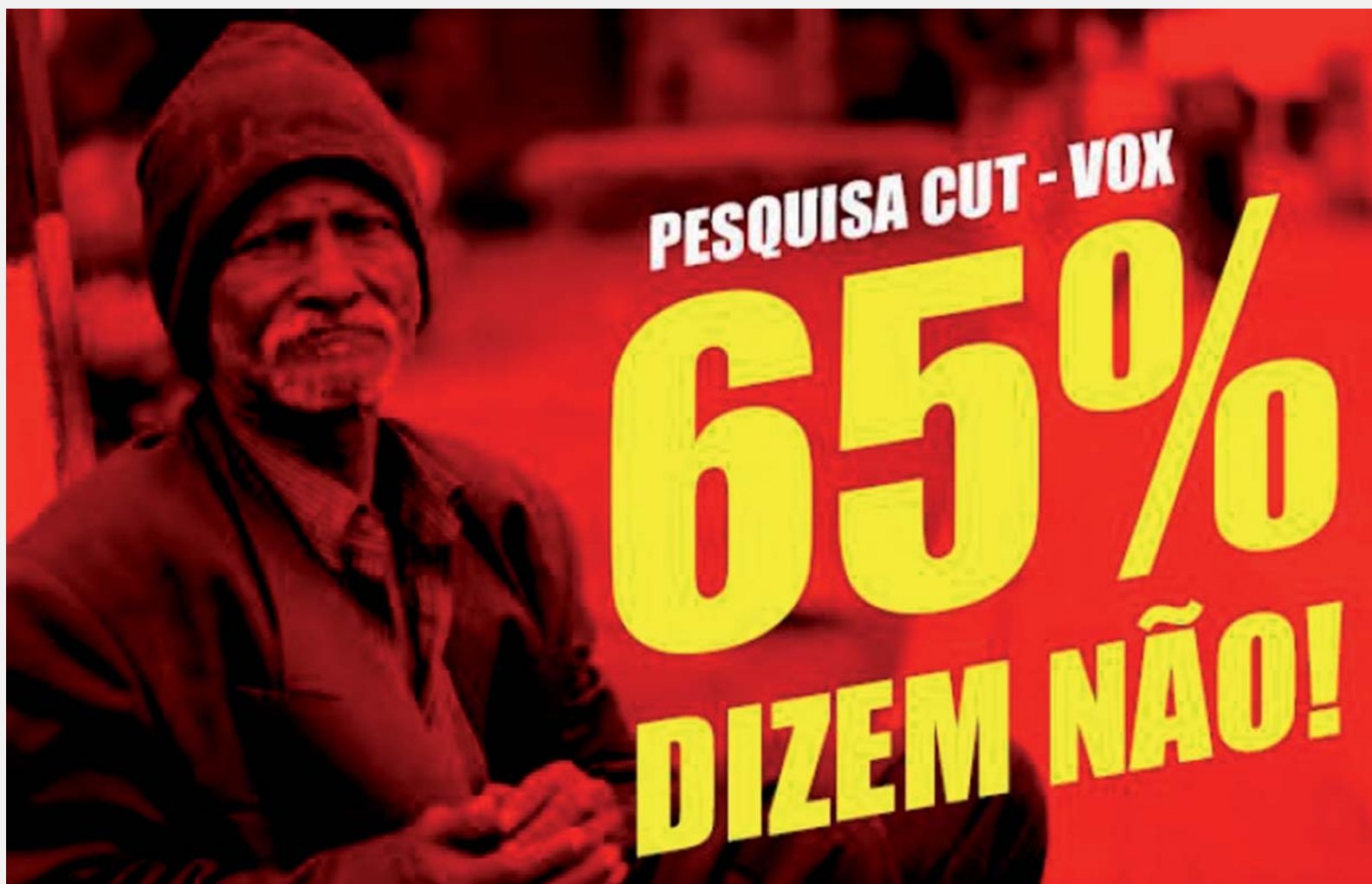


[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



[85 99129 5101](https://api.whatsapp.com/send?phone=85991295101)

BRASILEIROS NÃO QUEREM A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!



Em pesquisa realizada pelo instituto Vox Populi, 65% dos entrevistados afirmam que não aprovam a reforma proposta pelo governo Bolsonaro **(págs. 4 e 5)**



O presidente do SEEB/CE, Carlos Eduardo, analisa os 100 dias de Bolsonaro no poder **(pág.2)**

Banco do Brasil nomeia agentes de mercado para seu Conselho de Administração. Atitude pode enfraquecer papel público do banco **(pág. 3)**

Artigo

CEM DIAS DO “DESGOVERNO” BOLSONARO

No último dia 10 de abril, o “desgoverno” de Bolsonaro completou 100 dias: sem projeto para o país, sem rumo definido, sem qualquer política pública para resolver as questões pertinentes aos milhares de brasileiros desempregados, sem saúde ou educação decente. A única tábua de salvação a que esse governo se agarra nesse momento, a PEC da Reforma da Previdência, também não traz qualquer benefício para o povo e não resolve os problemas da população, pelo contrário, só traz prejuízos.

Mas vejamos por partes. O governo iniciou com uma série de declarações controversas, decisões questionáveis, recuos históricos, interferências externas dos filhos do presidente e ataques direcionados nas redes sociais, o que só causou um extremo desgaste político na popularidade do presidente, a pior de todas dos últimos mandatos para esse período do governo (para 30% dos brasileiros, seu governo é ruim ou péssimo). Os cem primeiros dias desse desgoverno têm sido meramente uma continuidade infantil de sua campanha eleitoral, sem a apresentação efetiva de um projeto de governo para o Brasil.

Os únicos projetos efetivamente apresentados são desastrosos: o projeto anticrime – que, na prática, dá licença para a polícia matar e promove o armamento da população (armar para combater a violência? Como assim?) – e a tal PEC da Previdência, que penaliza somente os setores mais carentes da população.

Mas vamos nos deter à reforma da Previdência: a exigência de uma idade mínima e o aumento do tempo mínimo de contribuição fará com que a população brasileira se aposente mais tarde e tenha de contribuir por mais tempo. Na prática, vai impedir que a esmagadora maioria dos trabalhadores (sobretudo, nordestinos, mulheres e rurais) possa se aposentar. O principal objetivo da proposta é beneficiar o mercado financeiro por meio da desconstitucionalização da Previdência e da criação de um sistema de capitalização.

Além disso, o governo Bolsonaro tenta plantar uma ilusão de que a reforma da Previdência vai resolver o déficit fiscal, o que só seria solucionado com uma reforma tributária. Tudo isso, aliado à política do “vende-se tudo”, torna esse início de governo ainda mais desastroso. O governo já anunciou que pretende privatizar o máximo de empresas públicas possível, inclusive de setores estratégicos, comprometendo nosso desenvolvimento e nossa soberania nacional. É a verdadeira política do rentismo.

Diante de tudo isso, não nos resta outra alternativa a não ser resistir. É necessário todo o apoio dos bancários à luta, através da representação do Sindicato no campo jurídico, político e social. Seguiremos juntos nessa luta.



*Carlos Eduardo,
presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará*



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



85 99129 5101

Home Page: www.bancariosce.org.br – Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Diretor de Imprensa: Marcos Aurélio Saraiva Holanda – Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP

Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Impressão: Expressão Gráfica – Tiragem: 5.000 exemplares

AMEAÇA

AGENTES DO MERCADO VÃO CONTROLAR O BANCO DO BRASIL



“Muito nos preocupa tantos agentes de mercado e da concorrência no Conselho de Administração. O papel do BB como banco público de desenvolvimento para o país vai ficar cada vez mais em segundo plano. Definitivamente estão entregando o BB para a iniciativa privada e para pessoas acostumadas a gerir fundos de investimento que dão resultado rapidamente. Para a função social dos bancos públicos essa visão é mortal”
Bosco Mota, diretor do Sindicato e funcionário do BB

O Banco do Brasil convocou assembleia geral ordinária e extraordinária para 26/4. Entre outros pontos, será votada a composição do conselho de administração. Foram indicados seis novos representantes do mercado financeiro para o conselho, o que reforça o direcionamento privatista e neoliberal que o banco público está adotando no governo Bolsonaro. Além disso, os indicados são ligados a outras instituições financeiras privadas e fintechs, o que gera conflito de interesses e pode prejudicar a instituição pública.

Os indicados são: Guilherme Horn (Accenture), Luiz Fernando Figueiredo (Mauá Capital), Luiz Serafim Spinola Santos (UBS Capital e Bank of Boston), Marcelo Serfaty (G5 Partners, Pactual, Fiducia Asset), Ricardo Reisen de Pinho (Oi e Petrobras) e Waldery Rodrigues Junior (Secretário da Fazenda).

Guilherme Horn é conselheiro de outras fintechs que concorrem diretamente com o Banco do Brasil. A Accenture foi a consultoria contratada pelo BB para fazer o diagnóstico da Cassi. Entre as sugestões apontadas no relatório estava a criação de duas diretorias com ocupação por agentes do mercado de saúde. Por sua vez, Waldery Rodrigues Junior

já indicou que a intenção do governo é abrir mais espaço para a atuação de instituições financeiras privadas e para o mercado de capitais. O novo estatuto que será votado também prevê alienação do controle acionário do banco; e fechamento de capital.

Hoje, o Banco do Brasil responde por 60% do crédito agrícola. É responsável por financiar a agricultura familiar por meio do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que representa 70% da produção de alimento consumido pelos brasileiros, com juros que variam entre 2,5% e 5,5% ao ano. Sem o Pronaf, os agricultores teriam de pagar até 70% a mais de juros nos bancos privados.

EMPRÉSTIMOS PARA DIRETORES – Além dessas mudanças, o novo estatuto prevê que membros do conselho de administração e da diretoria executiva poderão tomar dinheiro emprestado do BB. Os membros da diretoria executiva e do conselho de administração eram proibidos de tomar empréstimo do banco. Os trabalhadores devem estar atentos a todos esses movimentos que atacam frontalmente o caráter público e social do Banco do Brasil.

SINDICATO ORIENTA APROVAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DA CASSI

Até o próximo dia 18 de abril acontece a votação do Relatório Anual da Cassi, documento que apresenta o resultado financeiro, ações de gestão e os principais indicadores da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil.

Os associados da Cassi poderão votar pelo site, pelo aplicativo Cassi nos celulares e pelos terminais de autoatendimento do Banco do Brasil. Os funcionários da ativa poderão votar também pelo Sis-BB, nas estações de trabalho. O relatório anual já foi apreciado pelo Conselho Fiscal com parecer favorável sem ressalvas, assim como o parecer da auditoria independente.

O Sindicato dos Bancários do Ceará orienta aprovação do Relatório Anual de 2019, que está sendo apresentado pela diretoria da Cassi nas capitais dos estados onde há maior concentração de associados. O documento está disponível no link <https://bit.ly/2v1pX8e>.

Desde a assinatura do Memorando de Entendimentos em 2016, a Cassi vem fazendo prestação de contas periodicamente para as Entidades da Mesa de Negociação. A última apresentação ocorreu em 23/1.

“Nossa orientação pela aprovação é porque os números mostram a realidade atual da Cassi e não há desconfiança sobre o balanço financeiro apresentado”, disse o diretor do Sindicato, Valdir Maciel.

PESQUISA: REFORMA REPROVADA POR 65% E

A maioria dos brasileiros é contra a reforma da Previdência de Bolsonaro, que dificulta as regras para os trabalhadores se aposentarem, revela a pesquisa CUT-Vox Populi, realizada entre os dias 1º e 3/4, em 1.985 municípios do Brasil, divulgada dia 8/4.

De acordo com a pesquisa, 65% dos brasileiros são contra a PEC 006/2019, que praticamente acaba com o direito à aposentadoria de milhões de trabalhadores. Outros 26% são a favor do texto da reforma e 9% não souberam ou não quiseram responder.

Entre os entrevistados que são anti-Bolsonaro, a reprovação à reforma atinge 84%. Já entre os pró-Bolsonaro, 43% reprovam e 46% aprovam. A maioria dos que reprovam a reforma são da Região Sudeste (68%), seguidos da Região Nordeste (67%), Centro-Oeste/Norte (61%) e Sul (54%). Entre as mulheres a reprovação é maior (67%) do que entre os homens (62%). Por faixa etária, são contra a reforma 65% dos jovens, 64% dos adultos e 66% dos mais idosos.

A rejeição à reforma da Previdência também é grande entre os que têm até o ensino fundamental (67%) superior (66%) e médio (61%). A reprovação também é alta entre os que ganham até dois salários mínimos (67%), de dois e até cinco salários mínimos (64%) e os que ganham mais de cinco mínimos (61%).

IDADE MÍNIMA E AUMENTO DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – 73% dos entrevistados discordam da obrigatoriedade de idade mínima de 65 para homens e 62 para mulheres terem direito à aposentadoria e também do aumento do tempo mínimo de contribuição de 15 para 20 anos. Entre os que se declararam anti-Bolsonaristas, a reprovação a esses dois pontos da reforma é maior (86%) dos que entre os pró-Bolsonaro (58%).

No Nordeste, são contra essas regras 78%, no Sudeste 74%, Centro-Oeste/Norte (69%) e Sul (67%). A reprovação é maior entre as mulheres (78%) do que entre os homens (69%). Entre os adultos é de 74% e entre os jovens e mais

idosos é de 73%. Já entre os que ganham até dois salários mínimos é de 80%, entre os que têm ensino fundamental é de 78% e ensino médio 71%, superior 67%.

40 ANOS PARA TER BENEFÍCIO INTEGRAL

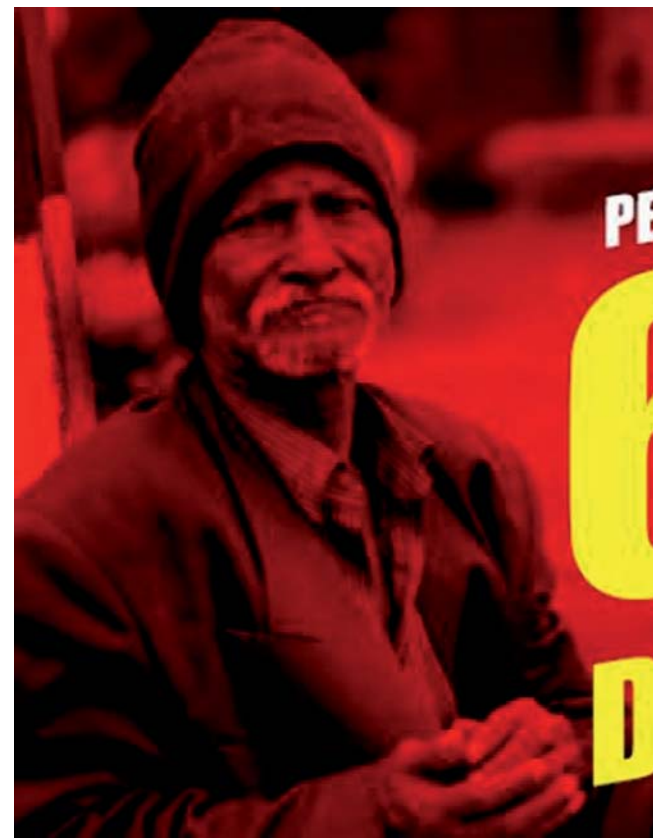
– 81% dos brasileiros discordam da regra que, se aprovada, obrigará os trabalhadores a contribuí-

rem durante 40 anos para se aposentarem com o valor integral do benefício (100%). Os percentuais de discordância mais altos foram encontrados no Nordeste (84%), entre as mulheres (84%) e os que ganham até dois salários mínimos (85%).

OUTRAS POLÊMICAS – Para 56% dos entrevistados, as novas regras são mais injustas com as mulheres. Além disso, 79% dos entrevistados discordam das mudanças nas aposentadorias dos professores.

Quanto ao caso dos trabalhadores rurais, 73% discordam das mudanças. Com relação à pensão por morte, 76% discordam das regras propostas pelo governo.

Já sobre o benefício de prestação continuada (BPC), 76% dos trabalhadores entrevistados pela pesquisa CUT/Vox discordam das mudanças que Bolsonaro quer fazer e apenas 13% concordam. Com relação à capitalização, 69% são contra e 19% a favor.



A DA PREVIDÊNCIA É DOS TRABALHADORES



VEJA OS PONTOS MAIS REJEITADOS PELOS BRASILEIROS

- * obrigatoriedade da idade mínima de 65 anos para os homens e 62 anos para as mulheres;
- * aumento do tempo mínimo de contribuição de ambos de 15 para 20 anos;
- * mudança na forma de cálculo, que reduz o valor dos benefícios;
- * necessidade de contribuir por 40 anos para receber 100% do valor do benefício.

MAIORIA DOS MUNICÍPIOS DO PAÍS SERÁ PENALIZADA COM A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Na grande maioria dos municípios brasileiros, os benefícios urbanos e rurais pagos pelo INSS são responsáveis por receitas maiores do que a arrecadação com impostos como ISS e IPTU e repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de acordo com estudo feito pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O estudo foi baseado em dados do Tesouro Nacional, do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro e do INSS.

Se a PEC nº 06/2019 de Bolsonaro for aprovada pelo Congresso Nacional, esses municípios terão uma queda significativa nessas receitas, o que impactará negativamente na economia da maioria das cidades do país.

Hoje, o valor médio dos benefícios pagos pelo INSS é de R\$ 1.400,00. Deste total, 66% são benefícios no valor de um salário mínimo (R\$ 998,00) pagos aos trabalhadores rurais e urbanos, e a quem tem direito ao BPC (idosos e pessoas com deficiência em condição de miserabilidade). Segundo o estudo, se o governo mantiver o foco na restrição de acesso à aposentadoria e na redução do valor dos benefícios dos que mais necessitam do sistema de seguridade social, haverá uma grande diminuição no consumo das famílias, impactando negativamente a arrecadação, as economias locais e os serviços públicos municipais, especialmente das pequenas cidades.

Os benefícios da Previdência rural são maiores do que a soma de ISS e IPTU em 88% dos municípios do país, equivalem a 129% do FPM e a cerca de 100% da soma do ISS com o IPTU. Também são maiores do que o FPM em 49% dos municípios do país. No Maranhão, Ceará e Piauí a Previdência rural chega a representar mais de 200% dos valores transferidos pelo FPM. Nos municípios de Alagoas, Maranhão, Ceará, Paraíba, Piauí e Rondônia a Previdência rural supera 400% da soma do IPTU e o ISS. Já o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é maior que a soma do ISS e IPTU em 72% dos municípios.

Para saber mais, acesse: <https://bit.ly/2UcTC8P>

MESAS ESPECÍFICAS: BANCÁRIOS DEBATEM SAÚDE DO TRABALHADOR E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

O Comando Nacional dos Bancários participou de duas reuniões na semana passada para debater pontos pertinentes para a categoria relacionados à saúde e igualdade de oportunidades.

Naterça-feira, 9/4, o Comando debateu os principais pontos de adoecimento da categoria. O compromisso foi firmado na mesa temática de Saúde do Trabalhador, que reuniu, em São Paulo, o Comando, o Coletivo Nacional de Saúde e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban).

O movimento sindical iniciou a reunião com uma explanação sobre as más condições de trabalho vivida nos bancos, que mostram a real necessidade de ações preventivas. Os bancários reivindicam acesso aos dados de afastamento, para poder pensar medidas preventivas em conjunto com os bancos, principalmente relativas às metas e assédio moral. O movimento sindical também quer debater sobre as condições de saúde dos trabalhadores em plataformas digitais. A próxima reunião para começar

a discutir efetivamente as possibilidades de prevenção ficou marcada para o dia 22/5.

IGUALDADE

– No dia 10/4, o Comando Nacional esteve reunido com a Fenaban para debater igualdade de oportunidades, principalmente o 3º Censo da Diversidade Bancária. A proposta do Comando é de realização de um programa de capacitação da categoria sobre questões de diversidade como complementação do Censo. Um Grupo de Trabalho composto por pessoas indicadas pela Fenaban e pelo Comando vai tratar de detalhes sobre os conteúdos, materiais e mídias a serem utilizados para a formação dos bancários. O dia da primeira reunião



Foto: Jailton Garcia / Contraf-CUT

ainda não foi definido, mas o indicativo é para maio.

A campanha de sensibilização da categoria e da sociedade sobre as questões da diversidade está prevista para começar em junho e se prolongará até outubro, quando se encerrará a fase de questionário, que tem previsão de iniciar no final de agosto. Os resultados serão tabulados e analisados entre novembro e janeiro e os resultados serão divulgados em fevereiro de 2020.

Breves

Ao falar do índice de desemprego, Bolsonaro ataca IBGE

O presidente Bolsonaro criticou a metodologia de cálculo de desemprego adotada pelo IBGE. O fato decorreu devido a publicação feita dia 29/3, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua Mensal e mostrou que, no último trimestre móvel, foi registrado um crescimento na taxa de desemprego do Brasil. Em entrevista a uma emissora de TV, o mandatário declarou: “leva-se em conta quem está procurando emprego. Quem não procura emprego, não está desempregado. (...) Então, quando há uma pequena melhora, essas pessoas que não estavam procurando emprego, procuram, e, quando procuram e não acham, aumenta a taxa de desemprego. É uma coisa que não mede a realidade. Parecem índices que são feitos para enganar a população”. Na última pesquisa do IBGE, o desalento bateu recorde, atingindo 4,9 milhões de brasileiros.

Pressione deputados a votarem NÃO na reforma da Previdência

A Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal) disponibilizou uma ferramenta para facilitar a pressão da sociedade para que os deputados não aprovem a proposta de reforma da Previdência (PEC 6/2019), que aniquila o sistema de seguridade social no Brasil. Através da ferramenta, de forma fácil e prática, é possível enviar e-mail para um parlamentar específico, para todos, ou então direcionar a mensagem agrupando os deputados por estado ou partido. Um texto pronto é disponibilizado na ferramenta, mas o usuário pode alterá-lo se desejar. Para acessar o link, acesse: http://www2.anfip.org.br/_faleAnfip/.

APESAR DO LUCRO DE R\$ 25 BILHÕES, ITAÚ CONTINUA FECHANDO AGÊNCIAS

Apesar de ter obtido um lucro superior a R\$ 25 bi em 2018, o Itaú segue fechando postos de trabalho e agências por todo o país. Ironicamente, apesar de uma alta de 7,1% em 2018 nas despesas com pessoal, o banco paga toda a sua folha apenas com a receita com prestação de serviços e tarifas bancárias e ainda sobra 60,41% do arrecadado.

A holding encerrou o ano 2018 com 86.801 empregados no país. Entretanto, a rotatividade segue alta com o banco trocando funcionários antigos com salários mais altos, por novos funcionários com remuneração mais reduzida. O turnover (rotatividade) em 2019, apenas nos meses de janeiro e fevereiro, dá conta que foram admitidos 718 funcionários e demitidos 664. Dentre essas demissões, o público alvo realmente foram os funcionários com



“O lucro vem acima de qualquer coisa para a direção do Itaú. Querem lucrar mais ainda sobrecarregando os funcionários e precarizando o atendimento. Essa postura prejudica não só os trabalhadores, mas toda a sociedade. Com cifras de lucro tão exorbitantes, o sistema financeiro deveria adotar medidas para promover o desenvolvimento, mas com atitudes como essa fica claro que o Itaú não se interessa por responsabilidade social”

Ribamar Pacheco, diretor do Sindicato e representante da Fefrafi/NE na COE Itaú

mais tempo de casa, o que significa um total desrespeito com os colegas que, em sua trajetória, ajudaram o banco a atingir essa alta lucratividade.

Em 2018 foram fechadas 61 agências físicas e abertas 35 agências digitais (que somaram 3.530 e 185 unidades, respectivamente). Em junho do mesmo ano,

numa reportagem da revista Exame, o presidente do banco, Candido Bracher, afirmou que o banco não tinha uma meta de fechamento de agências, mas que o número da rede em dez anos seria muito menor do que o atual. Segundo o próprio presidente, “a venda de produtos será cada vez mais no digital”.

SANTANDER: BANCO DIFICULTA ACESSO AO AUXÍLIO-DOENÇA

O slogan do Santander, “O que podemos fazer por você hoje?”, certamente não abrange seus funcionários que precisam de afastamento médico para cuidar da saúde. Isso porque a empresa tem dificultado ao máximo a possibilidade de trabalhadores buscarem tratamento médico e, para isso, se afastarem das atividades laborais através do INSS.

Para que o trabalhador possa passar pela perícia é necessário, dentre outros documentos, apresentar o Requerimento de Perícia assinado pelo empregador. Ocorre que o Santander passou, há alguns meses, também a entregar para os trabalhadores a DUT – Atestado de Último Dia Trabalhado, exigido somente em alguns casos, com a clara intenção de influenciar a decisão do médico perito.

Desde janeiro de 2017, o movimento sindical vem denunciando que este documento, que deveria se limitar a prestar a informação sobre o último dia trabalhado, tem características de uma clara tentativa de influenciar, ilegalmente, a perícia médica. O documento ainda presta falsas informações, omite-se quanto aos riscos das atividades do trabalho bancário, a fim de obstar direitos oferecendo riscos aos trabalhadores adoecidos.

Na recente versão do documento pede para que o perito do INSS que está com o caso visite as instalações do Santander para verificar que o ambiente é adequado para trabalhar, que não há problemas ergonômicos relativos ao desempenho das funções e ainda traz estatísticas duvidosas de que a maioria dos afastamentos por problemas de saúde mental não tem relação com o trabalho.

O Sindicato orienta que o trabalhador que tiver algum problema relacionado ao afastamento, procure a entidade, trazendo os documentos que comprovem seu histórico médico.

“Entendemos que esse documento tem dado margem ao Santander para fazer uso de mais um procedimento ilegal contra os trabalhadores,



num momento em que eles estão mais fragilizados. Reiteramos o pedido de imediata suspensão do procedimento e que o banco limite-se a prestar a informação do Último Dia Trabalhado”

Clécio Morse, diretor do Sindicato e funcionário do Santander

AÇÕES DA EQUIPARAÇÃO DE FUNÇÕES BNB/BB

JUIZ HOMOLOGA PROCESSOS E MANDA BNB DEPOSITAR VALORES EM JUÍZO

Pela primeira vez, desde que o Sindicato dos Bancários do Ceará ingressou com a ação de equiparação das funções do BNB ao BB, em agosto de 1991, a justiça homologou os cálculos do Sindicato e determinou um prazo de 48 horas para que o BNB deposite os valores em juízo “sob pena de execução”. A direção do Banco do Nordeste do Brasil não cumpriu o prazo estipulado pelo juiz e o Sindicato analisa que medidas judiciais irá reivindicar no sentido de repelir essa afronta.

Até o momento em que esta matéria foi redigida, dois processos haviam sido homologados dos 43 que estão tramitando através do Sindicato, beneficiando dez pessoas (Processos 0000222-46.2017.5.07.0003 e 0000878-03.2017.5.07.0003) e totalizando R\$ 2 milhões e 77 mil. Observe-se que o segundo processo refere-se a nove ações novas, ou seja, de quem foi comissionado após 1991 e, portanto, não integrou a ação original 1730/91.

A diferença dos valores calcula-



“O Sindicato tem se empenhado ao máximo para dar celeridade à liquidação desse processo e obteve o compromisso da Corregedoria de Justiça do Trabalho em Fortaleza de que até o final deste mês estarão concluídos os cálculos de todos os beneficiários, com a consequente notificação ao Banco para posicionamento em tempo recorde. É mais uma tarefa que o Sindicato cumpre em prol dos interesses de seus associados”

Tomaz de Aquino, diretor do Sindicato e coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB

dos pelo Sindicato e os que foram homologados pela contadoria da 3ª Vara do Trabalho de Fortaleza está basicamente na aplicação do IPCA em lugar da TR, uma vez que, segundo a interpretação do juiz Mauro Elvas, esta substituição não se aplica a processos iniciados antes de junho de 2009, quando, segundo o TST, o IPCA deve ser aplicado.

Na decisão, o magistrado adverte o Banco, “a fim de evitar decisão surpresa”, “que a prática de atos processuais

atentatórios à boa marcha processual podem ensejar a aplicação de penalidade pecuniária e a expedição de ofício aos órgãos de controle, os quais possuem a missão de apurar a responsabilidade dos representantes legais da executada”.

As duas homologações datam de 29/3 e 5/4, respectivamente, evidenciando que a promessa do corregedor do TRT junto ao Sindicato de finalizar todos os processos até o final deste mês de abril deverá ser cumprida.

Mais Médicos em crise

O Ceará oferece 1.700 vagas para cadastrados no programa Mais Médicos, mas 960 delas estão ociosas (56,4%). O edital de substituição dos médicos cubanos ofereceu 560 vagas, contudo somente 50 foram preenchidas. Outras 450 precisam de reposição devido ao fim do contrato com os profissionais médicos, que ainda aguardam edital de substituição há um ano e meio. Os médicos cubanos saíram do programa há quatro meses. Sem assistência médica aos moradores das localidades mais isoladas do sertão, o quadro é considerado grave e preocupante.

Radares das BR's

No fim de março, o DNIT começou a retirar radares e lombadas eletrônicas, que totalizam 151 equipamentos fixos nas BRs. A decisão, segundo especialistas, é avaliada como um retrocesso à política de segurança viária. Sem o aparato, que impossibilita o monitoramento da conduta do usuário, especialistas temem o aumento das ocorrências envolvendo automóveis e motocicletas. Os estudiosos afirmam que está mais do que comprovado que a velocidade durante a colisão é o que causa o dano, a sequela fatal ou permanente nos ocupantes dos veículos. Em tempo, no último boletim do DNIT (de 5 a 7/4), foram registradas 545 imagens de veículos trafegando em excesso de velocidade em estradas federais.

Greves em 2018

Entre setor privado (655), funcionalismo público (718) e estatais (73), o país teve 1.453 greves no ano passado, segundo o Dieese. O instituto identifica ainda a alteração das reivindicações, provocada pela mudança de cenário econômico: em vez de avanços nas conquistas, os trabalhadores têm como prioridade manter direitos. Até pouco tempo atrás, o Dieese detectou também maior presença de terceirizados entre os grevistas. O movimento defensivo é percebido a partir de 2015, com piora nos indicadores de emprego e nos ganhos salariais.